



Michael Löwy¹



**Resistências Culturais
à Dominação Imperial.
A Alternativa Socialista**

O fetichismo da mercadoria é um aspecto central da cultural imperial: ele é uma espécie de pseudo-religião, que transforma a mercadoria – assim como o mercado e o dinheiro – em fetiches, em ídolos que exigem sacrifícios humanos. Os princípios deste culto idólatra, que exerce uma verdadeira ditadura cultural em escala planetária – e que tem na cidade de Davos sua capital simbólica – visam à redução de cada relação humana, de cada sentimento humano, de cada produção simbólica – cultural, social, religiosa, erótica ou artística – em uma mercadoria, a ser comprada ou vendida segundo seu valor mercantil.

¹ Sociólogo, autor de várias obras de grande expressão, diretor do Centro Nacional de Pesquisa Científica (National Center for Scientific Research-CNRS) em Paris.

Já no século XIX, um crítico da economia política havia previsto, com lucidez profética, o mundo de hoje:

Chegou, enfim, um tempo em que tudo o que os seres humanos haviam considerado inalienável tornou-se objeto de troca, de tráfico e pode alienar-se. É o tempo em que as coisas mesmas, que até então eram comunicadas, mas nunca trocadas; dadas, mas nunca vendidas; conquistadas, mas nunca compradas – virtude, amor, opinião, ciência, consciência etc. – em que tudo, enfim, passou para o comércio. É o tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em termos de economia política, o tempo em que qualquer coisa, moral ou física, tendo-se tornado valor venal, é levada ao mercado para ser apreciada por seu valor adequado. (MARX, 1963)

O neoliberalismo é o feroz, o brutal e impiedoso desenvolvimento dessa lógica venal até suas últimas conseqüências. Ele constitui a forma mais radical e desumana daquilo que Guy Debord chamava a *sociedade do espetáculo*, isto é, a transformação dos indivíduos – separados uns dos outros como átomos – em espectadores passivos do movimento das mercadorias. Nessa construção social de passividade, estágio supremo da alienação, desempenham um papel importante certas mercadorias culturais, como a televisão, que produzem e reproduzem continuamente a fragmentação, o isolamento e a contemplação inerte do “espetáculo” mercantil. A cultura do espetáculo moderno, escrevia Debord, é “um canto épico”, mas ele não canta, como a *Ilíada* de Homero, os homens e seus feitos de armas, mas “as mercadorias e suas paixões”. (DEBORD, 1966, p. 28)

A mercantilização, na etapa do capitalismo neoliberal, não significa apenas que a cultura se torna uma mercadoria como as outras. Ela esvazia os produtos culturais de seu conteúdo humano, de suas qualidades artísticas ou sociais, que são dissolvidas no puro valor de troca, isto é, em quantidades monetárias. A lógica da mercantilização é perfeitamente indiferente ao valor cultural intrínseco – ou à ausência de valor – dos produtos simbólicos: seu único e exclusivo interesse – que não conhece trégua nem pausa – é a rentabilidade de suas mercadorias, a conquista de maiores partes de mercado, a acumulação do capital. Não é uma questão de boa ou má vontade, de maior ou menor falta de escrúpulos: trata-se simplesmente da lógica impiedosa de um sistema, cuja expressão cultural mais característica, que invade todos os espaços da vida pública e privada, que ocupa as telas de cinema e de televisão, que se espalha pelos muros e pelas estradas, é a *publicidade comercial*.

O pseudo-universalismo ocidental-imperial pretende impor a todos os povos do mundo – e em particular aos da periferia do sistema – sob o manto da “civilização”, a dominação da cultura e do modo de vida capitalista neoliberal: propriedade privada, economia de mercado, fetichismo da mercadoria, produtivismo, utilitarismo, individualismo possessivo – uma tradição que vem desde Hobbes e Locke – e racionalidade instrumental (objeto da crítica de Adorno e Horkheimer, na *Dialética do Iluminismo*). O império norte-americano é particularmente ativo na promoção,

em escala global, de uma só língua, uma só cultura, uma só forma de viver, de se divertir e de pensar. Ele impõe este “pensamento único”, de caráter totalitário, graças à sua hegemonia no mercado cultural mundial e seu controle dos meios de comunicação, mas não hesita em utilizar também sua potência militar.

Contra a dominação imperial, a resistência cultural toma a forma, em um primeiro momento, de defesa das culturas locais, nacionais ou regionais, tratando de protegê-las do rolo compressor da globalização neoliberal. A diversidade cultural é uma das riquezas da humanidade, e ela está sendo ameaçada – da mesma forma que a diversidade biológica das espécies – pela dinâmica destrutiva e homogeneizadora do sistema.

Este combate para salvar a pluralidade cultural humana – que inclui não só culturas locais, mas também culturas transnacionais, como, por exemplo, a cultura negra do Atlântico, produção simbólica das populações de origem africana das Américas, do Caribe e da Inglaterra – é indispensável, mas insuficiente. Deve estar associado à luta pela invenção de uma nova universalidade humana, de uma cultura universal emancipadora – componente fundamental, indispensável, de uma nova *civilização* humana em escala planetária, uma civilização da solidariedade. Senão, corremos o risco de que a defesa das identidades culturais tome a forma de nacionalismos estreitos e intolerantes, ou de manifestações religiosas agressivas e fundamentalistas, que, por mais que se apresentem como “antiimperiais”, são um inimigo mortal de todo projeto cultural emancipador. Outra expressão degradada de auto-afirmação identitária são os racismos, sexismos e xenofobias, que se traduzem, na Europa, no inquietante e espetacular progresso de forças políticas neofascistas ou semi-fascistas, que fazem do ódio ao “estrangeiro” – árabe, africano, judeu, cigano, ou simplesmente “não-branco” – seu fundo de comércio. O problema se coloca também em vários países do Sul, onde os pobres se trucidam entre si, em nome da etnia, da religião ou da nacionalidade. Sem falar dos Estados Unidos, onde, além do tradicional racismo antinegro, assistimos atualmente ao surgimento de reações xenofóbicas contra a população americana de origem árabe.

Outra falsa alternativa cultural ao pseudo-universalismo da globalização neoliberal é a “política identitária” promovida pelos pós-modernos, que decretam o fim das Grandes Narrativas da Emancipação – desde o Iluminismo até o Marxismo – em nome da alegre multiplicação dos “jogos lingüísticos” mutuamente irreconciliáveis.² É verdade que o discurso iluminista foi muitas vezes utilizado pelas potências coloniais e imperiais para justificar, em nome do “progresso”, da “civilização” e da “modernidade”, seus projetos de dominação e opressão dos povos da periferia. Mas, esta constatação – já formulada pelos críticos socialistas do imperialismo há mais de um século – não implica que se deva invalidar qualquer projeto universalista de emancipação! Os ideólogos pós-modernos celebram o particularismo, a fragmentação, a dissociação e a dispersão dos vários movimentos “identitários” – culturais, étnicos, de gênero ou de orientação sexual – e rejeitam qualquer proposta de unificação, articulação ou universalização das lutas como uma tentativa anacrônica de reviver as “Grandes Narrativas” do passado.

¹ Lyotard, Jean François. *A Condição Pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

A primeira tarefa de uma resistência cultural eficaz é precisamente tratar de estabelecer vínculos e conexões entre as várias reivindicações democráticas, as diversas lutas sociais, assim como entre estas e o movimento operário, buscando um terreno comum, uma convergência que respeite a autonomia de cada um, mas os associe no combate comum contra a dominação imperial, contra o racismo e o poder patriarcal, contra a lógica desumana do neoliberalismo.

O desafio é então construir uma nova cultura universal, democrática e plural, uma *cultura da solidariedade* fundada em alguns princípios gerais:

1) o reconhecimento e o respeito das diferenças: o objetivo é, segundo a célebre fórmula dos zapatistas, “um mundo no qual cabem muitos mundos”.

2) a emancipação dos seres humanos de todas as formas de opressão, exploração, alienação e degradação.

3) a desmercantilização da cultura, sua autonomização em relação às leis do mercado, seu livre desenvolvimento em função de seus próprios critérios.

4) o respeito à natureza, o restabelecimento do equilíbrio ecológico entre as sociedades humanas e o meio ambiente natural, em vias de destruição pela lógica produtivista do mercado.

Necessitamos de uma cultura crítica e universalista desse tipo, uma cultura da esperança voltada à perspectiva de um futuro emancipado, para conseguir superar os etnocentrismos e as intolerâncias, e para opor um alternativa coerente ao desastre cultural do neoliberalismo. Uma cultura produzida por escritores, artistas, cineastas, poetas, filósofos e pensadores, mas também pelos movimentos sociais de libertação, cuja produção simbólica é de fundamental importância.

Esta nova cultura planetária, uma cultura da solidariedade e da esperança – libertária e emancipadora, socialista e democrática –, não é apenas um sonho acordado, uma utopia concreta, uma imagem-de-desejo.³ Ela começa, pouco a pouco, a tomar forma no seio deste imenso “movimento dos movimentos”, internacional e internacionalista, solidário e combativo, que tem no Fórum Social Mundial um dos seus epicentros. É no bojo desse amplo Movimento pela Justiça Global, deste movimento *altermundialista* – e não “antimundialista” ou “globalifóbico”, como o pretende uma certa imprensa –, que atravessa os países e os continentes, desta vasta mobilização de luta e de pensamento, que se manifestou nas ruas de Seattle, Nice, Praga, Estocolmo, Washington, Barcelona, Gênova, Florença e Porto Alegre, que estão dando os primeiros passos, ainda incipientes mas promissores, para a criação de uma nova cultura da humanidade, mais além do pesadelo capitalista, imperial e neoliberal.

Usamos acima a expressão “cultura socialista”. O que quer dizer “socialismo” no começo do século XXI? Ser socialista significa, antes de tudo, ser *radical*. A palavra “radical” vem da expressão latina *radix*, “raiz”. Radical é aquele que quer atacar os problemas pela raiz. Como, por exemplo, os companheiros do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Confederação Camponesa da França, que, por ocasião do Fórum Social Mundial I, do ano 2000, organizaram um passeio no interior do Rio Grande do Sul para arrancar, pela raiz, plantações transgênicas da multinacional Monsanto...

³ Bloch, Ernst. *O Princípio Esperança*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Qual é a raiz dos problemas que sofre a humanidade neste começo de século? Qual é a raiz do desemprego, da pobreza, da monstruosa desigualdade social? Qual é a raiz do neoliberalismo, da dívida externa, da especulação financeira incontável, dos programas de “ajuste estrutural”, da ditadura do Fundo Monetário Internacional (FMI)? A raiz é o sistema capitalista mundial, a lógica global da acumulação capitalista, a hegemonia mundial do grande capital financeiro, a propriedade capitalista dos meios de produção. Muitos compartilhamos este diagnóstico. Mas precisamos começar a discutir as alternativas. E, se buscamos uma alternativa radical, é a questão do *socialismo* que se coloca na ordem do dia.

O socialismo a que me refiro não é aquele que desmoronou depois da queda do muro, pobre caricatura burocrática que já há muito tempo perdera seu espírito revolucionário inicial. Tampouco aquele de certos partidos que se declaram socialistas ou social-democratas, mas não passam de social-liberais, simples administradores da ordem de coisas estabelecida. Refiro-me à utopia socialista, ao sonho radical de justiça social e comunidade de bens que tem séculos de história, e que encontramos nas palavras de fogo dos profetas bíblicos, na prática fraternal das primeiras comunidades cristãs, nas revoltas camponesas da Idade Média; um sonho que encontrara sua forma moderna e revolucionária no pensamento e na ação de Karl Marx e Frederico Engels. O socialismo de que estou falando é aquele que inspirou os mártires do 1º de Maio de Chicago, e tantos outros combatentes assassinados pelas classes dominantes que sacrificaram sua vida pelo ideal da emancipação dos trabalhadores da cidade e do campo: Emiliano Zapata e Malcolm X, Farabundo Martí e Leon Trotsky, Buenaventura Durruti e Antonio Gramsci, Li-Ta-Tchao e Nguyen-van-Troy, Anita Prestes e Yara Iavelberg, Camilo Torres e Carlos Marighella.

No que consiste o socialismo? Ele não tem nada de misterioso ou obscuro: seu princípio fundamental é transparente e claro como água da cascata: os meios de produção devem pertencer à sociedade, e as grandes decisões sobre investimentos, produção e distribuição não devem ser abandonadas às leis cegas do mercado, a um punhado de exploradores, ou a uma camarilha burocrática, mas tomadas, depois de um amplo e pluralista debate democrático, pelo conjunto da população. Nada mais simples: mas exige, para ser realizado, uma verdadeira revolução, a supressão do sistema capitalista e do poder das classes dominantes.

O socialismo significa, concretamente, que a produção não será mais submetida às exigências do lucro, da acumulação do capital, da produção massiva de mercadorias inúteis ou nocivas, mas voltada à satisfação das necessidades sociais: alimentação, roupa, habitação, saneamento básico, água corrente, educação, saúde, cultura. Significa a superação de um modelo de civilização fundado no produtivismo e no consumismo, numa relação predatória com a natureza e numa subjetividade prisioneira do sistema mercantil. Significa também o fim da discriminação racial – contra o negro, o mestiço, o indígena – da opressão das mulheres, da desigualdade social, da destruição do meio ambiente, das guerras imperialistas. E aqui na América Latina significa, antes de tudo, o fim de séculos de dominação colonial e imperial sobre os povos de nosso continente.

Ernesto Che Guevara pagou com sua vida, em 8 de outubro de 1967, seu compromisso internacionalista com a luta de libertação do povo da Bolívia contra o regime militar.

O terceiro nome é o de um brasileiro, Chico Mendes. Ele representa, de forma exemplar, a dimensão *ecológica* do socialismo, a convergência essencial entre as duas cores do futuro, o “vermelho” e o “verde”. Como se sabe, foi por iniciativa de Chico Mendes que se formou a Coalisão dos Povos da Floresta em defesa da Amazônia contra a obra destruidora dos grandes latifundiários e do *agrobusiness* multinacional.

Militante da CUT e do Partido dos Trabalhadores, ecologista e socialista convicto, Chico Mendes organizou, no começo dos anos 80, ocupações de terra pelos seringueiros contra os grandes proprietários que mandavam seus *bulldozers* destruírem a floresta para substituí-la por pastos para o gado. Num segundo momento, ele conseguiu reunir camponeses, trabalhadores agrícolas, seringueiros, sindicalistas, e tribos indígenas – com o apoio das comunidades de base e da Igreja progressista – na Aliança dos Povos da Floresta, que conseguiu inúmeras vezes impedir tentativas de derrubar a floresta. O eco internacional de suas ações lhe valeu, em 1987, a atribuição do Prêmio Ecológico Global e a celebridade planetária. Entretanto, pouco depois, em dezembro 1988, os latifundiários se vingam mandando seus capangas o matarem. Articulado socialismo e ecologia, lutas camponesas e indígenas, sobrevivência de populações locais e defesa de um patrimônio universal – a última grande floresta tropical –, Chico Mendes deu um exemplo que não será esquecido pelos socialistas do século que começa.

Nos últimos trinta anos aprendemos a enriquecer nossa idéia do socialismo com a contribuição do movimento das mulheres, dos movimentos ecológicos, das lutas de negros e indígenas contra a discriminação. Assim é o processo de construção do projeto socialista: não um edifício pronto e acabado, mas um imenso canteiro de obras, onde se trabalha para o futuro, sem esquecer as lições do passado.

O socialismo aspira a uma nova cultura universal, um novo modo de produção simbólica, preservando as múltiplas identidades culturais – nacionais, regionais, locais, transcontinentais – e, ao mesmo tempo, associando-as a um projeto emancipador comum. Este projeto visa a uma transformação revolucionária da sociedade. Não se trata de esperar que o capitalismo desmorone por suas próprias contradições: como dizia Walter Benjamin, nossa geração aprendeu uma lição importante: *o capitalismo não vai morrer de morte natural*. Para ajudá-lo a desaparecer o mais rapidamente possível, não devemos esperar que “as condições amadureçam”, mas agir aqui e agora, plantando sementes de socialismo. Cada levante indígena, como o dos zapatistas em Chiapas, ou da CONAIE no Equador, cada ocupação de terras do MST, cada luta dos párias na Índia por seus direitos, cada combate das mulheres do Irã contra a opressão fundamentalista, cada insurreição popular como o recente *argentino*, cada mobilização contra a globalização capitalista como as de Seattle, Gênova ou Florença, de dezenas de milhares de pessoas que sonham com um futuro diferente, é uma semente de socialismo. Depende de nós que estas sementes cresçam, dêem arvores, galhos, folhas e frutos.

Três nomes simbolizam, para mim, alguns dos valores mais importantes do socialismo. São três seres humanos que deram sua vida pela causa socialista e cuja herança cultural faz parte de nossa imagem do socialismo do futuro.

O primeiro nome é o de Rosa Luxemburgo. Por que esta figura de mulher – judia e polonesa, marxista e revolucionária, carinhosa e intransigente, militante e intelectual – assassinada por militares reacionários em janeiro de 1919, nos interessa tanto? Como se explica que 80 anos depois de sua morte ela nos é tão próxima? Rosa Luxemburgo encarna, na sua forma mais pura, o valor *democrático* do socialismo, a relação recíproca, a unidade inseparável entre a transformação socialista da sociedade e as liberdades democráticas. Em sua célebre brochura sobre a Revolução Russa, que manifesta ao mesmo tempo sua solidariedade e sua crítica, ela escrevia essas palavras decisivas:

A liberdade só para os partidários do governo, só para os membros de um partido – por mais numerosos que sejam – não é a liberdade. A liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de forma diferente. [...] Sem eleições gerais, sem uma liberdade de imprensa e de reunião ilimitada, sem um livre combate de opiniões, a vida vai se esvaziando em todas as instituições públicas, vai vegetando, e a burocracia acaba ficando o único elemento ativo. (LUXEMBURGO, 1990)

É difícil não reconhecer o caráter profético desse aviso. Alguns anos mais tarde, a burocracia se apropriaria da totalidade do poder, eliminando progressivamente os revolucionários de Outubro de 1917 – esperando o momento, nos anos 30, e exterminá-los impiedosamente.

Uma verdadeira refundação do socialismo no século XXI não pode fazer economia da mensagem revolucionária, democrática e libertária de Rosa Luxemburgo.

O segundo nome que quero mencionar é o de *Ernesto Che Guevara*. Ele representa, em sua mais alta expressão, o valor da *solidariedade internacional*. O significado de Guevara para o socialismo não concerne unicamente a Cuba e à América Latina: ele é universal, mundial, internacional. Para o Che, o verdadeiro socialista, o verdadeiro revolucionário, é aquele que considera sempre os grandes problemas da humanidade como seus problemas pessoais, aquele que é capaz de “sentir-se angustiado quando se assassina um ser humano em qualquer lugar do mundo e sentir-se entusiasmado quando em algum lugar do mundo se levanta uma nova bandeira de liberdade”. Há uma frase de José Martí que Ernesto Guevara citava com frequência em seus discursos, e na qual via “a bandeira da dignidade humana”: “Todo ser humano verdadeiro deve sentir na sua face a bofetada dada em qualquer outro ser humano”. O internacionalismo para Guevara – ao mesmo tempo modo de vida, fé profana, imperativo categórico e pátria espiritual – era inseparável da idéia mesmo de socialismo, enquanto humanismo revolucionário, enquanto emancipação dos explorados e oprimidos do mundo inteiro, numa luta sem tréguas nem fronteiras com o imperialismo e a ditadura do capital.



SIGLAS

CONAIE - La Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador
CUT - Central Única dos Trabalhadores
FMI - Fundo Monetário Internacional
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

BIBLIOGRAFIA

BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996
GILLROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge: Harvard UP, 1992.
LYOTARD, Jean François. *A Condição Pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução russa*. Petrópolis: Vozes, 1990.
MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. Lisboa: Ed Avante, 1963.